FOLHA DE S.PAULO
★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
Publicado em 12/07/2024 - 05:59

'Abin paralela' de Bolsonaro agiu contra Poderes, diz PF

Alexandre Ramagem, ex-diretor da Abin, discursa em evento ao lado de Bolsonaro Pablo Porciuncula - 16.mar.24/AFP

'Abin paralela' agiu contra Judiciário, Congresso e eleições, indica apuração

Polícia Federal prende cinco pessoas em operação e diz que agência produziu desinformação para atacar adversários de Bolsonaro

BRASÍLIA Investigação da Polícia Federal afirma que a Abin (Agência Brasileira de Inteligência) monitorou de forma ilegal no governo Jair Bolsonaro (PL) ministros do STF (Supremo Tribunal Federal), parlamentares e jornalistas.

Do STF, segundo apontou a PF, foram alvos da ação clandestina os ministros Alexandre de Moraes, relator de apurações que miram bolsonaristas, Luís Roberto Barroso, Luiz Fux e Dias Toffoli.

A lista no Poder Legislativo incluiu o atual presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e seu antecessor, Rodrigo Maia.

Entre jornalistas, estão Mônica Bergamo, colunista da Folha, Vera Magalhães, colunista do jornal O Globo, Luiza Alves Bandeira, do DFRLab (Digital Forensic Research Lab), ligado ao Atlantic Council, e Pedro Cesar Batista, do Comitê Anti-imperialista General Abreu e Lima.

Nesta quinta-feira (11), a polícia deflagrou a quarta fase da Operação Última Milha, sobre a chamada "Abin paralela", e prendeu agentes que trabalhavam diretamente para o ex-diretor do órgão Alexandre Ramagem, atual deputado federal, pré-candidato do PL à Prefeitura do Rio de Janeiro e ligado ao vereador Carlos Bolsonaro (PL), que também é investigado.

Foram cumpridos mandados de prisão preventiva e de busca e apreensão, expedidos pelo STF, contra Mateus de Carvalho Sposito, Richards Pozzer, Marcelo Araújo Bormevet, Giancarlo Gomes Rodrigues e Rogério Beraldo de Almeida. José Matheus Sales Gomes e Daniel Ribeiro Lemos foram alvos apenas de mandados de busca.

Fazem parte do grupo um policial federal e um sargento do Exército cedidos para a Abin e que atuavam com Ramagem. Há, ainda, influenciadores digitais que trabalhavam para o chamado "gabinete do ódio", estrutura que funcionou na Presidência sob a tutela de Carlos.

O filho do ex-presidente criticou em uma rede social a operação, falando em "verborragia do dia da imprensa" e que há fetiche por sua imagem.

A **Folha** procurou o gabinete de Ramagem, mas não houve resposta até a conclusão desta edição. As defesas dos alvos dos mandados de prisão e buscas expedidos pelo STF e cumpridos pela PF nesta quinta não foram localizadas pela reportagem.

Na decisão que deu aval à operação policial, Moraes afirmou que os investigados, segundo os investigadores, "participaram de uma estrutura espúria infiltrada na Abin voltada para a obtenção de toda a ordem de vantagens para o núcleo político, produzindo desinformação para atacar adversários e instituições que, por sua vez, era difundida por intermédio de vetores de propagação materializados em perfis e grupos controlados por servidores em exercício na Abin".

"O relatório da Polícia Federal traz prova da materialidade e indícios suficientes dos graves delitos praticados", destacou o ministro.

Os policiais afirmam que as ações ilegais ocorreram de 2019 até 2022 e que os suspeitos se valiam de sistemas oficiais e clandestinos para obtenção dos dados necessários para seus interesses.

No documento a que se referiu Moraes, a PF afirmou ter identificado indícios de que a agência foi usada para tentar proteger os filhos do ex-presidente de investigações.

A PF cita um áudio, com metadados de 2020, "possivelmente gravado" por Ramagem, em conversa com Bolsonaro e o ministro Augusto Heleno sobre o caso das "rachadinhas" do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

O caso das "rachadinhas" abordava o possível desvio de parte dos salários dos funcionários do gabinete de Flávio, quando deputado estadual no Rio. Em nota divulgada por sua assessoria, Flávio afirmou que "não existia nenhuma relação" sua a Abin.

A investigação também apontou que a estrutura da Abin teria sido utilizada de forma clandestina para interferir em investigação de outro filho do ex-presidente, Jair Renan Bolsonaro.

A defesa do filho 04 de Bolsonaro não quis comentar.

Em outra frente, afirma a polícia, o grupo suspeito promoveu ações clandestinas direcionadas para desacreditar o processo eleitoral.

O relatório da investigação diz que Ramagem tinha "domínio do fato" das medidas realizadas com recursos humanos e materiais da agência. O questionamento das urnas eletrônicas, de acordo com a PF, era prática reiterada nas "ações de desinteligência" do grupo suspeito.

Os investigadores atribuem a ação ao policial federal Bormevet e ao sargento do Exército Giancarlo, ambos emprestados à Abin na ocasião.

O primeiro foi segurança de Bolsonaro na campanha de 2018 e nomeado por Ramagem para comandar o CIN (Centro de Inteligência Nacional), estrutura criada pelo atual deputado na agência. Já Giancarlo era subordinado a Bormevet.

Segundo a PF, os dois teriam direcionado, no exercício funcional, ações para atacar um assessor do presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), o ministro Luís Roberto Barroso, em atuação no TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

Bormevet determinou a Giancarlo que "mandasse bala" para "sentar o pau" no assessor, a partir de uma publicação no X (antigo Twitter) sobre as urnas eletrônicas e de declarações do perfil "Kim Paim".

Um dos que tiveram prisão decretada nesta quinta, Richards Pozzer, era o responsável, segundo a PF, por difundir nas redes sociais informações produzidas pela "Abin paralela".

De acordo com a PF, Pozzer publicava as informações em um perfil do antigo Twitter que tinha o seu nome e também em outras páginas e grupos acessados por apoiadores do ex-presidente Bolsonaro.

O relatório que fundamentou a fase da operação deflagrada nesta quinta aponta ainda que pelo menos um ex-governador —João Doria (na época do PSDB, hoje sem partido)— e servidores do Ibama e da Receita também foram alvo dos monitoramentos.

A chamada "Abin paralela" também buscou saber se havia relação entre o homem que esfaqueou Bolsonaro em 2018, Adelio Bispo, com rivais do ex-presidente, incluindo o ex-ministro José Dirceu (PT). Também foram orientados, de acordo com as investigações, a "caçar podres" dos deputados Arthur Lira e Kim Kataguiri (União Brasil-SP).

A polícia interceptou troca de mensagens do final de 2022 em que dois investigados falam, segundo a investigação, sobre "minuta do decreto de intervenção" para o "rompimento democrático".

"O Nosso PR imbrochável já assinou a porra do decreto?", questiona o policial Bormevet, segundo os documentos.

Giancarlo Rodrigues responde, ainda de acordo com o relatório: "Assinou nada. Tá foda essa espera".

José Marques, Constança Rezende, Mateus Vargas e Mariana Brasil

ALVOS DA 'ABIN PARALELA'

Judiciário
- Alexandre de Moraes (STF)
- Dias Toffoli (STF)
- Luís Roberto Barroso (STF)
- Luiz Fux (STF)

Legislativo
- Arthur Lira (presidente da Câmara)
- Rodrigo Maia (ex-presidente da Câmara)
- Kim Kataguiri (deputado)
- Joice Hasselmann (ex-deputada)
- Alessandro Vieira (senador)
- Omar Aziz (senador)
- Renan Calheiros (senador)
- Randolfe Rodrigues (senador)

Executivo
- João Doria (ex-governador de SP)
- Hugo Ferreira Netto Loss (servidor do Ibama)
- Roberto Cabral Borges (servidor do Ibama)
- Christiano José Paes Leme Botelho (auditor da Receita)
- Cleber Homen da Silva (auditor da Receita)
- José Pereira de Barros Neto (auditor da Receita)

Jornalistas
- Mônica Bergamo (Folha)
- Vera Magalhães (O Globo)
- Luiza Alves Bandeira (DRFLab)
- Pedro Cesar Batista (Comitê Anti-imperialista General Abreu e Lima)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Pagina:** 4

Copyright © Clipclap 2025.